



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº

DE 2022

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Trabalho, Administração e Serviços Públicos - CTASP, a fim de discutir a concessão de reajuste a título de recomposição remuneratória decorrente da defasagem inflacionária dos servidores públicos federais nos aspectos relativos à política de gestão de pessoas, orçamentários, administrativos e jurídicos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos - CTASP, a fim de discutir a concessão de reajuste a título de recomposição remuneratória decorrente da defasagem inflacionária dos servidores públicos federais nos aspectos relativos à política de gestão de pessoas, orçamentários, administrativos e jurídicos.

Para debater o tema requeiro a realização de convite às entidades abaixo relacionadas que devem indicar os representantes:

- Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – FONASEF
- Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
- Central Única dos Trabalhadores – CUT
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Socioeconômicos – DIEESE





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Sec. de Gestão de Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia - SGP
- Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia - SOF

JUSTIFICAÇÃO

A atuação do estado no cumprimento das suas funções constitucionais, sobretudo a prestação de serviços públicos pressupõe adequada estrutura organizacional, disponibilidade de recursos financeiros, estruturação de políticas públicas que reflitam as necessidades da população e a adequação de uma política de organização e gestão dos servidores públicos de forma que seja possível auferir os melhores resultados com eficiência, eficácia e efetividade.

Um dos elementos que compõe a política de gestão dos servidores públicos é a contrapartida remuneratória. A adequação da remuneração a ser recebida pelos servidores às suas tarefas e obrigações, bem como a manutenção da força de trabalho.

Em que pese a concessão de reajuste remuneratório a carreiras específicas do funcionalismo público federal, a maioria não foi contemplada com nenhum reajuste, bem como, não conta com qualquer perspectiva de política remuneratória notadamente no que tange à manutenção do padrão remuneratório corroído pela inflação que nos últimos 10 anos representa uma defasagem de 49,28%, o que representa substancial perda de poder aquisitivo, segundo estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Socioeconômicos – DIEESE.

Diante desta realidade, as entidades representativas dos servidores públicos apresentaram pauta de reivindicações em que requerem o reajuste remuneratório de 19,99%, correspondente apenas à defasagem inflacionária do período compreendido entre 2019 e 2021.

Não obstante o Ministério da Economia e mesmo a Casa Civil da Presidência da República não manifestam qualquer intenção de atender a demanda, nem tampouco, estabelecer processo de negociação, em que pese haver previsão orçamentária para a promoção do ajuste remuneratório demandado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante desta realidade, as entidades representativas dos servidores iniciam processo de mobilização que pode redundar em movimento grevista como alternativa, que apesar de justa e justificável, não é desejável.

Desta forma, faz-se necessário que esta Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos promova a audiência pública que ora proponho, de forma que possa contribuir com o debate e possível mediação e soluções necessárias à organização do trabalho na administração pública federal e na prestação dos serviços públicos.

Sala da Comissão, de de 2022.

Rogério Correia

Dep. PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223263487900>





Requerimento **(Do Sr. Rogério Correia)**

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Trabalho, Administração e Serviços Públicos - CTASP, a fim de discutir a concessão de reajuste a título de recomposição remuneratória decorrente da defasagem inflacionária dos servidores públicos federais nos aspectos relativos à política de gestão de pessoas, orçamentários, administrativos e jurídicos.

Assinaram eletronicamente o documento CD223263487900, nesta ordem:

- 1 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 2 Dep. Marcon (PT/RS)
- 3 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)
- 4 Dep. Bohn Gass (PT/RS) *-(p_7800)
- 5 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG)
- 6 Dep. Vicentinho (PT/SP)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

